



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

## **EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR LICURGO MOURÃO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Processo nº 1.095.467/2020**

**Ofícios nº 9421/2021, 9417/2021 e 9422/2021 – SEC/1ª Câmara**

**Denúncia**

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS**, inscrito no CNPJ sob o nº 21.505.692/0001-08, **EDMÁRCIO MOURA LEAL**, presidente do CIMAMS em 2020, inscrito no CPF 033.398.176-69, **LUIZ WANDERLEY DOS SANTOS LOBO**, Secretário Executivo do CIMAMS em 2020, inscrito no CPF 459.907.436-53, e **THAMARA ALMEIDA VELOSO**, pregoeira do CIMAMS, inscrito no CPF 105.972.266-60, Pregoeira do CIMAMS em 2020, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar alegações e esclarecimentos no processo nº **1.095.467/2020**, e apensos **1.095.474, 1.095.475 e 1.098.349**, como se segue:

### **1 - DOS FATOS**

Tratam de denúncias apresentadas pelos Srs. **José Eduardo Bello Visentin; Roger de Almeida Alvarenga; Sara de Oliveira Salomé e Paulo Giovanni Giarola**, sobre possíveis irregularidades no processo licitatório 043/2020 - pregão presencial 008/2020, ao todo foram apresentadas 32 (trinta e duas) questionamentos com possíveis irregularidades.

Um fato que nos causou estranheza foi a justaposição dos pontos da denúncia **1.098.349** apresentada por **Paulo Giovanni Giarola**, consistir em exatamente nos termos da denúncia **1.095.474**, apresentada por **Roger de Almeida Alvarenga**, mesmo sendo residentes em Municípios diversos.

Outro fato que também nos chama a atenção foi o de que nenhum dos denunciante, enquanto participantes, apresentaram impugnações ou pedidos de esclarecimentos do edital, preferindo apresentar denúncias diretamente ao TCE/MG, ao que parece com o



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

intuito de criar um fato ou mesmo um embaraço, buscando a provocação dessa egrégia Corte de Contas, com objetivo de impedir a realização do processo, vez que ao se manifestarem naquele tempo, com certeza, traria maior agilidade econômica e eficiência aos consorciados.

Após análise da equipe técnica restaram 04 (quatro) possíveis irregularidades, das quais passamos a discorrer:

## **2 - Do Relatório**

### **2.1 – Benefícios a ME E EPP**

Foi apontada omissão quanto à aplicação de benefícios a microempresas e empresas de pequeno porte, no tocante à exigência da certidão de regularidade trabalhista (Item 1.1 dos autos do Processo n. 1095467).

Neste ponto, na primeira manifestação, havia o entendimento quanto a necessidade de corrigir o referido edital, porém ao proceder as retificações no edital, por um lapso a leitura do texto legal foi interpretado de forma equivocada quanto ao parágrafo primeiro do artigo 43, vez que, nele houve duas alterações uma em 2014 e outra no ano de 2016, na modificação pela Lei Complementar nº 147 de 2014, não se falava regularidade trabalhista, apenas e tão somente em regularidade fiscal, vejamos:

**§ 1º** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)”.

Deveria ter sido observado a modificação introduzida pela Lei Complementar nº 155, de 2016.

“§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito”

Porém a ausência da expressão trabalhista não trouxe nenhum prejuízo ao processo, vez que, se quer houve qualquer pedido de esclarecimentos e ou impugnação ao edital quanto a essa arguição e ainda que o fato, segundo a equipe técnica do TCE/MG em seu relatório, apontou que não há indício de danos ao erário.

Há de se observar ainda que no item VIII do edital - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, existe a previsão expressa de que a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista ainda que esta acuse a existência de débitos, vejamos:

“A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista ainda que esta acuse a existência de débitos”

Essa previsão não está ali sem motivo, senão para caso exista algum impedimento, possa usufruir dos benefícios legais.

Ressaltamos ainda que, mesmo, que não tivesse sido positivada essa previsão, seria um caso de omissão, e por se tratar de uma omissão, em caso concreto poderia ser solucionada de forma bem simples pelo Pregoeiro, pois o item 5 do capítulo XIX – DISPOSIÇÕES GERAIS do edital, autoriza a solução, vejamos:

“XIX – DISPOSIÇÕES GERAIS

5 – Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo pregoeiro”

Como se vê a omissão realmente não trouxe nenhum prejuízo ou comprometeu o processo.



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

Além disso, sempre houve obediência do Consórcio à normas legais, e caso houvesse a necessidade, seria deferido o benefício não somente para efeito da documentação de regularidade fiscal, mas também da trabalhista.

## 2.2 – Multa desproporcional

Foi apontado que a multa prevista no edital seria desproporcional e descabida, multa baseada no valor do contrato na ordem de 30% (Item 2.1 dos autos do Processo n. 1095467)

Ao verificarmos o capítulo XVII - Das sanções para o caso de inadimplemento, item 1.2 prevê realmente que em caso de descumprimento total da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 30% do valor do contrato.

“1.2– Em caso de descumprimento total da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 30% do valor do contrato;”

A expressão utilizada foi de até podendo variar 0,1% até os 30%, não significa que será de trinta por cento.

Outro aspecto a ser considerado é o de que, em outras partes do processo, onde as multas são detalhadas no caso de descumprimento total da obrigação assumida, que poderá ser aplicada multa percentuais diferentes com até 10% (dez) por cento, vejamos:

## ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### “11 DAS PENALIDADES

O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a CONTRATADA, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

cento) por dia de atraso, **até o limite de 10% (dez por cento) grifo nosso.**

Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;”

## **ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO DE EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS**

Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada dia de atraso, contados do estabelecido no Edital de Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento.

Multa de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento e rescisão do presente contrato, sem prejuízo do cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Ressaltamos que o percentual mencionado, não trouxe nenhum prejuízo ao processo, vez que, se quer houve, repise-se, qualquer pedido de esclarecimentos e ou impugnação ao edital e ainda nesse caso também a equipe técnica do TCE/MG em seu relatório, apontou que não existência de indício de danos ao erário.

Não satisfizesse isso, a Ata de Registro de Preços 001/2021, foi formalizada observando o percentual máximo de multa de 10%, como se observa no item 11 do documento anexo. (Em anexo a cópia da ata SRP ASSINADA).

### **2.3 – Exigências abusivas**

Foi apontada como sendo exigências abusivas o (Item g.1 dos autos do Processos nº. 1095474 e nº. 1098349), segue abaixo:



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

### 2.3.1 – Geração e entrega do SICOM/TCE

A Equipe técnica apontou que não se pode exigir o desempenho anterior referente a capacidade técnica bem como comprovar a geração e entrega do SICOM, pois poderia restringir a competitividade.

A exigência de atestado que comprove que o licitante teria efetuado a entrega do SICOM/TCE, é comum para empresas que já executam os serviços TÉCNICOS DE SUPORTE, OPERAÇÃO ASSISTIDA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICO (**SOB LICENÇA GENERAL PUBLICLICENSE – GPL**), **DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO – SPB** ([WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR](http://WWW.SOFTWAREPUBLICO.GOV.BR)).

Por se tratar de software sob licença GPL, disponível no portal público, destinado ao atendimento do Brasil composto diversos Estados, com Tribunais de Contas próprios e diversos formatos de prestação de contas, lá não estão disponibilizadas todas as ferramentas para gerar as informações para atendimento aos Tribunais, por esta razão, é que foi solicitado

a comprovação da geração e entrega do SICOM, cuja finalidade era de proteger os Consorciados que vierem aderir ao serviço, de fornecedores não capazes de cumprir o objeto licitado o que fatalmente geraria multas aos consorciados.

Também entendemos que esse fato não trouxe nenhum prejuízo ao processo, vez que, se quer houve qualquer pedido de esclarecimentos e ou impugnação ao edital. Também ainda, de forma correta, a manifestação da equipe técnica do TCE/MG em seu relatório, apontou que não há indício de danos ao erário

### 2.3.2 – Atestados



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

Foi apontado que no edital deve constar a cláusula da quantidade de serviços executados do atestado de capacidade técnica operacional ou técnico profissional não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo licitado, bem como da não será limitada a quantidade de atestados de capacidade técnica.

Ao nosso ver não há nenhum prejuízo o excesso, vez que, tanto no edital quanto no termo de referência não há limites quanto ao número de atestados e aos quantitativos, o que amplia a concorrência, portanto não contraria a jurisprudência citada, pois toda ela fala que o que não pode é exigir superior a 50% e ainda exigir número mínimo e máximo de atestados.

Como dito nos apontamentos anteriores não houve qualquer pedido de esclarecimentos e ou impugnação ao edital, e ainda a equipe técnica do TCE/MG em seu relatório, apontou que não há indício de danos ao erário

## **2.4– Incongruências ou Improriedades do Edital**

Foram apontadas Incongruências ou Improriedades do Edital (Item i.1 dos autos do Processos n. 1095474 e 1098349) nas páginas 105, 114, 123 e 124, em determinados momentos o objeto é diverso ao licitado.

Essas incongruências foram percebidas no edital, e deveriam ter sido decotadas o instrumento, porém por um lapso acabaram passando despercebidas, e não foram feitas.

Ao nosso ver não houve nenhum prejuízo ao processo, vez que, tratavam de citações que em nada comprometeram o processo ou desvirtuaram o seu objeto.



# CIMAMS

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene

Rua Tapajós, Melo, Nº 441, Montes Claros, Minas Gerais - CEP: 39.401-065

CNPJ: 21.505.692.0001-08

Como dito nos apontamentos anteriores não houve qualquer pedido de esclarecimentos e ou impugnação ao edital, e ainda a equipe técnica do TCE/MG em seu relatório, apontou que não há indício de danos ao erário

### **3 - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto requer:

- Sejam recebidos e acatados os esclarecimentos prestados
- Que suas alegações sejam apreciadas por este Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e declaradas legítimas, com o arquivamento definitivo das denúncias.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Montes Claros-MG, 30 de Junho de 2021.

**JOÃO AUGUSTO DE PÁDUA CARDOSO**  
**OAB/MG 154.351**